

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

Processo (A) nº : 7953/96  
Origem : FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF  
Natureza : Edital de Concurso Público

Ementa : Edital nº 01/96 da UNB/FEDF. Concurso Público para o preenchimento de cargos na Carreira Magistério Público. Conhecimento. Determinação.

Examina-se nestes autos o Edital Normativo nº 01/96-UNB/FEDF, publicado no DODF de 25/11/96, que disciplina e dá publicidade aos concursos de ingresso na Classe Única, Padrão Inicial, dos Cargos de Professor Níveis 2 e 3 e de Especialista em Educação - Orientador Educacional, da Carreira de Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da FEDF.

Referido edital visa o provimento de 1.880 vagas referentes aos cargos retrocitados, distribuídas como mostra a tabela de fls. 10/1. No que tange aos requisitos para a investidura nos cargos, é exigida Licenciatura nas condições seguintes:

- a) Plena para o Especialista em Educação, com habilitação específica e registro profissional no MEC;
- b) de 1º grau, de curta duração para o Professor Nível 2, ou Plena, com habilitação específica ou registro “E” na disciplina que desejar concorrer e Registro Profissional no MEC;
- c) Plena, para Professor Nível 3, com as mesmas especificações do item supra.

Registra-se, nesse certame, o atendimento por parte da FEDF à recomendação feita por este Tribunal às diversas jurisdicionadas, com o fim de se observar o intervalo mínimo de 5 dias entre

a data de publicação do edital e a abertura das respectivas inscrições. As inscrições ocorreram entre os dias 9 a 14/12/96.

O processo seletivo compõe-se das seguintes provas, todas de caráter eliminatório:

- a) objetivas, também classificatórias, para os candidatos a qualquer dos cargos, valendo 100 pontos e constando de 35 questões;
- b) Oral, para candidatos concorrentes às Áreas/Disciplinas de Espanhol, Francês e Inglês, versando sobre conhecimentos específicos;
- c) Prática, para as Áreas/Disciplinas de Música/Instrumentos e Cantos.

O prazo de validade dos concursos é de 2 anos, a contar da data da homologação do Resultado Final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Fundação.

A remuneração inicial para os cargos assinalados, correspondendo a uma carga horária de 20 horas semanais, é de R\$ 469,49.

O item 7.3 do edital estabelece interposição de recursos no prazo de 2 dias úteis, a contar daquele imediato à divulgação do resultado das provas objetivas. Ocorre que o Decreto nº 16.254/95, que dispõe sobre concurso público na Administração do Distrito Federal, determina em seu artigo 45, 3 dias úteis para este procedimento.

Outrossim este Tribunal, mediante OF.GP. nº 2.736, recebido em 27/12/95, remeteu a Decisão nº 15.670/95 determinando à

FEDF que procedesse à retificação do Edital nº 03/95-UNB/FEDF com o fim de estipular 3 dias úteis (a partir da divulgação do Gabarito) para a interposição de recursos, nos moldes do Decreto nº 16.254/95.

Todavia, não havendo mais tempo para retificar o item 7.3 até porque as inscrições se encerraram em dez/96, seria inócuo, na oportunidade, qualquer determinação nesse sentido.

Quanto ao item 4.4.4 do edital, ao permitir que o candidato se inscreva para mais de uma especialização, não esclareceu se se trata de especialidade referente ao mesmo cargo, ou a cargos diferentes. Caso se refira à 2ª possibilidade, o órgão instrutório considera despendiosa a advertência contida de responsabilizar ao candidato por eventual coincidência de horários para a realização das provas. Por força da Lei nº 1116, de 17/10/96, está proibida a marcação da mesma data para a realização de mais de uma prova de concurso público para o provimento de cargos da Administração.

Ainda com relação às normas que regem sobre concurso público, em razão de os atuais concursos estarem sendo executados pelo CESPE/UNB e não pelo IDR, faz-se necessário que a FEDF remeta à Corte a autorização do Secretário de Administração, nos termos dispostos no § 3º, do Artigo 1º, do Decreto nº 16.254/94.

A propósito do disposto no artigo 12, § 1º, da Lei nº 8.112/90, concernente à publicação do Aviso do Concurso Público em jornal de grande circulação, cabe solicitar à jurisdicionada que forneça o comprovante de publicação atinente aos certames consignados.

À fl. 09, incorporou-se cópia da Resolução do CPP, que autorizou o presente concurso, em conformidade com o artigo 2º do Decreto nº 16.254/96.

O órgão instrutório termina a Informação nº 240/96, especificando as providências que considera passíveis de adoção (fls. 14/5).

É o relatório.

## **V O T O**

Acompanhando a instrução, **voto** no sentido de que este Egrégio Plenário:

1) tome conhecimento do Edital Normativo nº 03/95-UNB/FEDF (fls. 02 a 08) e do documento de fl. 09;

2) determine à FEDF que:

a) nos próximos editais normativos de concurso público, passe a observar o disposto no OF. GP. n.º 2736/95, no tocante ao prazo fixado no artigo 45 do Decreto nº 16.254/94, que estabelece 3 dias úteis a partir da divulgação do gabarito, para a interposição de recursos;

b) no prazo de 10 dias, encaminhe a esta Corte:

b.1) a autorização expressa do Secretário de Administração para que a FEDF realize os concursos por outro órgão que não o IDR, conforme o § 3º, do artigo 1º, do Decreto nº 16.254/94;

b.2) o comprovante de publicação em jornal diário de grande circulação do Aviso dos

concursos públicos, nos termos do artigo 2,  
§ 1º, da Lei nº 8.112/90;

- 3) determine o retorno do processo à 4ª ICE para acompanhamento.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1997.

**JOSÉ MILTON FERREIRA**

Conselheiro

ER/izi.A